

*continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

o resgate antecipado da 4ª Emissão de Debêntures, 1ª Série, no montante total de R\$ 1.001.233, sendo R\$ 1.000.000 referentes à amortização do principal e R\$ 1.233 ao pagamento de juros; (b) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e (c) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição. **15.3. Cronograma de amortização da dívida.** As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

		2024	
		Valor	%
Vencimento			
Circulante		147.139	3%
2028		395.935	7%
2029		1.470.623	25%
2030		1.365.000	24%
Até 2031 até 2037		2.466.415	42%
Subtotal		5.697.973	98%
Custo de transação (não circulante)		(43.252)	(1%)
Total Não circulante		5.654.721	97%
Total debêntures		5.801.860	100%

15.4. Covenants das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	1º debên- tures	2º debên- tures	3º debên- tures	5º debên- tures	6º debên- tures	7º debên- tures	8º debên- tures	9º debên- tures	10º debên- tures
----------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	------------------

1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

16. Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
Circulante		
ICMS	44.033	24.031
ICMS parcelamento (a)	146.557	117.494
PIS e COFINS	25.817	15.213
Parcelamento Federal	14.520	12.939
ISS	4.690	8.719
Outros	14.162	9.039
Subtotal	249.579	187.435
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	2.611.000	2.610.406
Parcelamento Federal	19.360	27.844
Subtotal	2.630.360	2.638.250
Total	2.879.939	2.825.685

(a) De acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação se deu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação, que em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado. Do saldo remanescente, R\$ 18.421, refere-se a parcelamentos ordinários, e R\$ 2.739.136 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa “REFAZ Energia Elétrica”), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.418.630	-	1.418.630
Multa	309.958	(185.975)	123.983
Juros	1.010.548	(606.329)	404.219
Total	2.739.136	(792.304)	1.946.832

16.1. Cronograma de pagamento dos parcelamentos de ICMS

Expectativa de ICMS parcelamento a recolher

	2025	
	Valor	%
Circulante	146.557	5%
2027	120.530	4%
2028	110.596	4%
2029	119.543	4%
2030	128.490	5%
Após 2030	2.131.841	78%
Não circulante	2.611.000	95%
Total	2.757.557	100%

17. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos: 17.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ (704.584)	CSLL (704.584)	IRPJ (487.677)	CSLL (487.677)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	176.146	63.413	121.969	43.909

Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro

	(617)	(93)	12.295	4.453
Outras adições (reversões) permanentes				
Atualização de Indébito tributário	12.679	4.565	10.845	3.904
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	36.022	12.968
IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	38.607	13.897
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	(188.208)	(67.885)	(183.717)	(66.163)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	-	-	36.021	12.968
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	-	-	7%	3%
Imposto diferido	-	-	36.021	12.968

17.2. Impostos diferidos não reconhecidos: A Companhia não constituiu impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 3.193.969 (R\$ 2.842.895 em 31 de dezembro de 2024) a realizar de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	8.656.410	2.164.102	8.135.710	2.033.928
Base negativa de CSLL	8.660.757	779.468	8.139.357	732.542
Diferenças temporárias	736.466	250.399	224.779	76.425
Total	18.053.633	3.193.969	16.499.846	2.842.995

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais. **18. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	365.577	8.915	368.682	6.721
Fiscais	-	212	593	721
Trabalhistas	520.348	206.152	471.961	220.885
Regulatórias	80.536	-	8.672	-
Ambiental	40.480	-	36.944	-
Total	1.006.941	215.279	886.852	228.327
Circulante	409.941	4.887	390.829	4.504
Não circulante	597.000	210.392	496.023	223.823

18.1. Movimentação dos processos no exercício

	2024		2025				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	Saldo final
Cíveis	368.682	35.057	(39.674)	(27.422)	28.934	-	365.577
Fiscais	593	259	(413)	(144)	(295)	-	-
Trabalhistas	471.961	105.322	(93.695)	(48.969)	85.729	-	520.348
Regulatórias	8.672	-	-	(863)	10.660	62.067	80.536
Ambiental	36.944	-	(45)	-	3.581	-	40.480
Total contingências	886.852	140.638	(133.827)	(77.398)	128.609	62.067	1.006.941
2023					2024		

	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	Saldo final
Cíveis	361.485	35.629	(30.014)	(24.173)	25.755	-	368.682
Fiscais	547	1	(1)	-	46	-	593
Trabalhistas	434.418	100.753	(91.072)	(56.096)	83.958	-	471.961
Regulatórias	68.164	-	(11.005)	-	13.972	(62.459)	8.672
Ambiental	33.554	200	(9)	-	3.199	-	36.944
Total contingências	898.168	136.583	(132.101)	(80.269)	126.930	(62.459)	886.852

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no exercício; (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic; e (4) Refere-se à reclassificação das multas aplicadas pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), provisionadas no exercício de 2023, acrescidas da respectiva atualização monetária. Tais valores estavam inicialmente registrados no grupo de “Outras contas a pagar”, uma vez que sua discussão ocorria em âmbito administrativo. No entanto, diante da judicialização da matéria, houve a necessidade de reclassificação para o grupo de “Provisão para riscos judiciais”. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	109.482	109.295
Fiscais	94.722	113.364
Trabalhistas	6.395	6.518
Total	210.599	229.177

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos: **i) Cíveis:** Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação indenizatória movida por Banco Master (Banco Máxima) em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 266.898 (R\$ 244.282 em 31 de dezembro de 2024). Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes. O pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado. Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 109.482 (R\$ 109.295 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão. Desse montante, destaca-se o processo que envolve ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 75.868 (R\$ 69.267 em 31 de dezembro de 2024). O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. **ii) Fiscais:** Além dos processos provisionados, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação, no montante de R\$ 94.722 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 113.364 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são de estorno dos créditos do PIS e do COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica injetada, no âmbito federal; e contribuição de iluminação pública, no valor aproximado de R\$ 20.000, no âmbito municipal. Este último, embora classificado como possível, tem visto remoto, devido a negociação em curso entre as partes. **iii) Trabalhistas:** O passivo trabalhista é composto por reclamações em trâmite e ajudadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequilíbrio salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. **iv) Regulatórios:** Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, o valor de R\$ 70.958, em 31 de dezembro de 2025, refere-se às multas aplicadas pela AGERGS. Auto de infração 01/2022 - Multa regulatória por não apresentar as informações solicitadas no prazo determinado pelo agente de fiscalização; Auto de infração 02/2022 - Multa regulatória após fiscalização em campo por deixar de cumprir ao disposto nos Procedimentos de Distribuição; e Auto de infração 06/2023 - Multa regulatória após fiscalização da qualidade do Fornecedor. **v) Ambientais:** Os valores correspondem a Ação Civil Pública ajudada pelo Ministério Público Estadual para compelir a CEEE-D promover a descontaminação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS. **19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores:** Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais. Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, a Companhia reconheceu créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irretroatividade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade. Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas. Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021 - FF/SGT/SRSM/AMA/NEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pela Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do exercício, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	230.478	475.819
Atualização monetária	14.934	103.879
Compensação	(4.002)	(349.220)
Saldo final	241.410	230.478
Passivo Circulante	86.609	-
Não circulante	154.801	230.478
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	241.410	230.478

19.1. Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

	2025	
	Valor	%
Circulante	189.207	64%
2027	106.102	36%
Não circulante	106.102	36%
Total	295.309	100%

20. Patrimônio líquido negativo: 20.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2024), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, e o capital autorizado é de R\$ 3.885.861 (R\$ 3.885.861 em 31 de dezembro de 2024). As ações, nominativas e sem valor nominal, e principais acionistas estão demonstradas a seguir:

	2025			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Acionistas				
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.920.583	1.087	64.921.670	95,12%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Outros	103.300	75.289	178.589	0,26%
Total	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

20.2. Resultado por ação: Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2025			2024		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Numerador:						
Prejuízo do exercício	(702.891)	(1.693)	(704.584)	(437.833)	(1.055)	(438.888)
Denominador:						
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	68.091	164	68.255	68.091	164	68.255
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	(10,32282)	(10,32282)	(10,32282)	(6,43012)	(6,43012)	(6,43012)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre os balanços patrimoniais de 2025 e 2024. **21. Planos de incentivos de longo prazo:** A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial. Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. **21.1. Quinto Plano de Opção de Compra de**

Ações: Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o exercício

	Número de Opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções do preço de exercício	Média ponderada
Em opções	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	112.500	26,04	150.000	23,00
Encerradas durante o exercício	-	-	(37.500)	-
Encerramento ao fim do exercício 6º Outorga	112.500	25,73	112.500	26,04
Existentes ao fim do exercício	112.500	-	112.500	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,00 anos (3,50 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	11,92	11,25
Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas		Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
	31,77	32,77
Rendimento de dividendos (%)		
Volatilidade esperada (%)		
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,30	10,18
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,00	3,50
Média ponderada do preço das ações (R\$)	33,05	33,05
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 241 (R\$ 274 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. **21.2. Plano de outorga de “Phantom Shares”** A Companhia possui três contratos ativos de “Phantom shares” referente aos anos de 2019, 2023 e 2025. O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de performance forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
Em ações	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	172.452	31,60	195.343	33,32
Canceladas/ transferidas durante o exercício (a)	(13.242)	-	-	-
Outorgadas durante o exercício	117.318	-	2.109	-
Pagamentos durante o exercício	(55.000)	-	(25.000)	-
Existentes ao fim do exercício	221.528	38,41	172.452	31,60

a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a